

Perspectivas feministas: anima/animus, gêneros e sexualidades dissidentes

Júlia PÉRET

Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública – EBMS. Salvador/BA, Brasil.

Resumo

Os enfoques junguianos e pós-junguianos sobre sexualidades e gêneros dissidentes têm se transformado à medida que analistas e pesquisadores se deparam com as produções epistemológicas dos movimentos feministas e LGBTTQIAP+, que desafiam as perspectivas cisheteronormativas. Essas mudanças acompanham a evolução da psicologia como campo de conhecimento, que se altera em resposta a essas influências. Este artigo visou demonstrar a necessidade de ampliar os pressupostos clássicos junguianos, convidando o leitor a examinar produções contemporâneas e, ainda mais importante, a reconhecer as manifestações intelectuais de LGBTTQIAP+ e das mulheres sobre suas próprias experiências. O artigo está estruturado em três partes em que se apresenta uma cronologia das publicações consideradas referências chave nos estudos junguianos e nas pesquisas feministas sobre sexualidade e gênero. Essa cronologia foi elaborada pela autora e não resulta de uma revisão sistemática. Por fim, é evidente que a psicologia analítica não avançará enquanto defensores de uma perspectiva conservadora recusarem-se a reimaginar a teoria.

Conflito de interesses:

A autora declara não haver nenhum interesse profissional ou pessoal que possa gerar conflito de interesses em relação a este manuscrito.

Financiamento:

Não houve

Descritores

gênero, sexualidade, feminismo, Jung, Carl Gustav, 1875-1961.



Recebido: 12 jun 2024; 1ª revisão: 16 dez 2024; Aprovado: 21 fev 2025; Aprovado para publicação: 28 maio 2025

Feminist perspectives: *anima/animus*, dissident genders and sexualities

Abstract

The Jungian and post Jungian approach about dissident sexualities and genders have been transformed as analysts and researchers come across epistemological productions by feminist and LGBTTIAP+ movements, which challenge cisheteronormative perspectives. These changes follow the evolution of psychology as a field of knowledge, which changes in response to those influences. The purpose of this article was to demonstrate the need of widening the Jungian classical assumptions, prompting the reader to examine contemporary production and, more importantly to recognize intellectual manifestations of LGBTTIAP+ individuals and of women about their own experiences. The article is structured in three parts and presents a chronology of publications considered as key references of Jungian studies and feminist research about sexuality and gender. This chronology, elaborated by the author, is not the result of a systematic review. Finally, it is evident that analytic psychology will not go ahead while the advocates of a conservative perspective continue refusing to reimagine the theory.

Descriptors

gender, sexuality, feminism, Jung, Carl Gustav, 1875-1961.

Miradas feministas: *anima/animus*, gêneros dissidentes y sexualidades

Resumen

Los enfoques junguianos y post junguianos sobre sexualidades y géneros disidentes se han transformado a medida que analistas e investigadores han tropezado con las producciones epistemológicas de los movimientos feministas y LGBTTIAP+, que desafían las perspectivas cisheteronormativas. Estos cambios acompañan la evolución de la psicología como campo de conocimiento, que se altera respondiendo a esas influencias. El propósito de este artículo fue demostrar la necesidad de ampliar los presupuestos clásicos junguianos, invitando al lector a examinar producciones contemporáneas y, más importante aún, a reconocer las manifestaciones intelectuales de los movimientos LGBTTIAP+ y de las mujeres sobre sus propias experiencias. El artículo fue organizado en tres partes en las que se presenta una cronología de las publicaciones consideradas como referencias clave en los estudios junguianos y en las pesquisas feministas sobre sexualidad y género. Esta cronología fue

elaborada por la autora, y no es el resultado de una revisión sistemática. Para terminar, es evidente que la psicología analítica no avanzará mientras los defensores de una perspectiva conservadora se nieguen a reimaginar la teoría.

Descritores

género, sexualidad, feminismo, Jung, Carl Gustav, 1875-1961.

Introdução: partindo de C. G. Jung

Jung não ficou conhecido na psicologia como um teórico que escreveu sobre a sexualidade humana, muito menos sobre a homossexualidade, o foco principal deste artigo. Robert Hopcke (1989/1993), analista gay vinculado ao movimento de libertação *gay*, percebeu o que ele chamou de “ausência” de interesse da comunidade junguiana acerca do tema da homossexualidade e fez um minucioso trabalho de revisão da obra de Jung e dos principais pós-junguianos da época. Na obra de Jung – coleção completa, seminários e cartas – o autor identificou algo em torno de 24 menções à homossexualidade, um número irrisório diante de toda a sua produção teórica.

A partir do material recolhido, Hopcke (1989/1993) expõe as oscilações e ambiguidades de Jung, típicas de autores com vasta obra, e identifica ao menos cinco opiniões concisas sobre a homossexualidade:

[1] a homossexualidade não deve ser assunto das autoridades legais (. . .) [2] A homossexualidade é melhor compreendida quando colocada num contexto histórico e cultural (. . .) [3] distinguir a homossexualidade de um indivíduo de outros aspectos de sua personalidade (. . .) [4] A homossexualidade tem um significado particular para o indivíduo em questão e o crescimento psicológico consiste em tornar o indivíduo consciente desse significado (. . .) [5] a homossexualidade é um resultado da imaturidade psicológica e, conseqüentemente, é anormal e perturbada (Hopcke, 1989/1993, pp. 61-67).

De acordo com Hopcke (1989/1993), o intuito de Jung era afastar-se das generalizações teóricas e concentrar-se na psique do indivíduo. Nesse caso, Jung perguntava-se qual seria a finalidade da homossexualidade para o eventual crescimento psicológico do/da cliente. Ressalto que, por mais progressistas que essas opiniões pareçam, Jung é fruto do seu tempo, como fica claro no último item: “a homossexualidade é um resultado da imaturidade psicológica e, conseqüentemente, é anormal e perturbada” (Hopcke, 1989/1993, p. 67), ou seja, a maturidade psicológica a ser alcançada é a heterossexualidade. Dessa forma, Hopcke (1989/1993) identifica que, para Jung, se o indivíduo tornar-se consciente da função da homossexualidade em sua vida, ele irá amadurecer e tornar-se heterossexual.

Essa última percepção parece ser a mais popular entre os principais junguianos da época também analisados por Hopcke (1989/1993). A esse item da “imaturidade psicológica”, o autor acrescenta a ideia, pela primeira vez sugerida

por Jung (1949/2013, pp. 463-464, para. 843) no livro “Tipos psicológicos” (1921), de que a homossexualidade seria fruto de uma identificação com o arquétipo da contrassexualidade *anima* e *animus*:

Para o homem, o portador mais adequado da imagem da alma é a mulher, por causa das qualidades femininas de sua alma e, para a mulher, é o homem. Sempre que houver uma relação absoluta, de efeito mágico, por assim dizer, entre os sexos, trata-se de projeção da imagem da alma. Sendo frequentes essas relações, também a alma tem que ser muitas vezes inconsciente, isto é, muitas pessoas não tomam consciência do modo como se comportam para com os processos psíquicos internos. E pelo fato de essa inconsciência vir sempre acompanhada de uma total identificação com a *persona*, esta identificação tem que ser muito frequente (. . .). Mas também pode acontecer o contrário: que a imagem da alma não seja projetada, mas permaneça no sujeito. Disso resulta tal identificação com a alma que o sujeito se convence de que o modo como se comporta em relação aos processos internos seja também seu único e real caráter. Devido à sua inconsciência, a *persona*, neste caso, é projetada e, além disso, sobre um objeto do mesmo sexo – o que explica muitos casos de homossexualidade aberta ou latente (Jung, 1949/2013, pp. 463-464, para. 843, destaque do autor).

Jung (1934/2016, p. 48, para. 82) também se referia ao caso Schreber como uma possessão pela *anima*. Hopcke (1989/1993, p. 35) identifica a partir do referido trecho que para Jung:

Essa discussão aparentemente improvisada sobre a natureza da *anima* apresenta pela primeira vez uma das principais maneiras pelas quais Jung viria a compreender muitos casos de homossexualidade, isto é, como consequência da identificação com o arquétipo contra-sexual da *anima* ou *animus* Jung (1934/2016, p. 48, para. 82, citado por Hopcke, 1989/1993, p. 35, destaques do autor).

Essa ideia, que, diga-se de passagem é menos interessante do que as demais, parece ter encontrado solo fértil na psique dos/das junguianos/nas. De modo que, no ano de 2024, ainda é possível escutar colegas dizendo que homens afeminados ou sensíveis são homens anímicos e que mulheres desfem são mulheres-*animus*. Por esse motivo, discutir o arquétipo da *anima* e do *animus*, após tantos anos, continua sendo necessário. O intuito deste trabalho não é fazer juízo de valor sobre os pensamentos de Jung, mas provocar a classe a se questionar: por que conceitos formulados há décadas continuam sendo repetidos, de maneira acrítica, por uma grande parcela de analistas e, pior, por alguns institutos de formação?

A seguir, destaco algumas definições de *anima* propostas por C. G. Jung:

Não há homem algum tão exclusivamente masculino que não possua em si algo feminino. (. . .) Há uma imagem coletiva da mulher no

inconsciente do homem, com o auxílio da qual ele pode compreender a natureza da mulher. (. . .) A anima, sendo feminina, é a figura que compensa a consciência masculina. Na mulher, a figura compensadora é de caráter masculino e pode ser designada pelo nome animus (Jung, 1928/2015, pp. 79-96, para. 297-328).

É fato bem conhecido que o sexo é determinado por uma maioria de genes masculinos ou femininos. A minoria dos genes do outro sexo não desaparece. O homem tem, portanto, em si um lado de características femininas, isto é, ele mesmo tem uma forma feminina inconsciente, fato do qual, em geral, ele não tem a menor consciência (Jung, 1939/2016, p. 399, para. 512).

Uma investigação cuidadosa revelou que o caráter afetivo do homem tem traços femininos. (. . .) Uma introspecção mais profunda ou uma experiência extática revela a existência de uma figura feminina no inconsciente e daí seu nome feminino: anima, psique, alma. Pode-se também definir a anima como imago ou arquétipo, ou ainda como o depósito de todas as experiências que o homem já teve da mulher. Por isso, a imagem da anima é, em geral, projetada numa mulher [mãe, esposa, irmã] (Jung, 1930/2016, p. 62, para. 58).

Em relação à definição de *anima*, trago agora James Hillman (1985/2020) que, em seu livro “Anima”, realizou um minucioso trabalho de revisão da obra de Jung sobre esse conceito:

Em latim, anima quer dizer “alma” ou “psique”. É o termo que Jung utilizou ao deparar-se com a interioridade feminina do homem. Anima é aquilo pelo que os homens se apaixonam; e ela os possui enquanto humores e desejos, motivando suas ambições, confundindo seus raciocínios (. . .). Anima refere-se, numa só palavra, à interioridade (Hillman, 1985/2020, p. 9).

A obra (Hillman, 1985/2020) deixa claro que Jung deu inúmeras definições ao arquétipo da *anima*, que aparece misturada às noções de Eros, sentimento, relações humanas, introversão, fantasia, vida etc., demonstrando ser um termo de difícil precisão. Aqui, nos interessa analisar a *anima* como arquétipo da contrassexualidade e do feminino; os trechos citados acima fazem referência à *anima* como ambos. Como demonstra Hillman (1985/2020), Jung sugere em diversos escritos que a imagem arquetípica da *anima* frequentemente aparecerá nos sonhos e fantasias dos homens como uma mulher de beleza arrebatadora, sedutora, irracional, sentimental/ temperamental, como fonte de vida do inconsciente, que induz os homens a olharem para sua subjetividade (Hillman, 1985/2020).

No que diz respeito ao conceito de *animus*, Jung não se aprofundou consideravelmente, sendo sua esposa, Emma Jung, quem dedicará sua atenção a esse estudo. Emma Jung (1931/2006) refere-se ao *animus* como um ser masculino que representa o *logos* grego, a força dirigida, a vontade e o sentido:

“Essa quadruplicidade pela qual o princípio do logos é descrito tem, como podemos ver, um elemento da consciência como condição prévia. Sem esta, nem à vontade, ato, verbo ou sentido pode ser representado” (p. 17). O *animus* positivo na mulher é descrito por Emma como uma fonte de energia criativa que a impulsiona a alcançar seus objetivos – sejam eles intelectuais, sejam de outra ordem.

As primeiras críticas

Um dos primeiros livros que surgem quando se pensa na crítica ao conceito de *anima* e *animus* é o livro “Androgenia” de June Singer (1976/1990), escrito na década de 1970, quando as produções da segunda onda do feminismo estavam a todo vapor. Entretanto, nesse livro, a autora não faz referência às produções feministas da sua época, apesar de ficar evidente nas suas críticas que ela bebeu dessa fonte. A obra segue indispensável para quem deseja estudar a sexualidade por uma perspectiva junguiana e continua servindo de referência para o campo, como mostram os artigos de Moreira (2015) e Aufranc (2018).

Na sua busca por conceituar o arquétipo do andrógino, Singer (1976/1990) é radicalmente contra quaisquer categorizações e tece críticas ao modelo de vida baseado em polaridades: positivo/negativo, arte/ciência, mente/corpo, feminino/masculino etc. Para a autora, o arquétipo da androgenia seria a resposta para essa dualidade:

(. . .) androgenia, que no seu sentido mais amplo pode ser definida como o Um que contém o Dois, a saber, o masculino (*andro*) e o feminino (*gyne*). A androgenia é um arquétipo inerente a psique humana. (...) refere-se a uma maneira específica de juntar os aspectos “masculinos” e “femininos” de um único ser humano. (...) a androgenia põe em cheque diversos pressupostos acerca da nossa identidade enquanto homem ou mulher e portanto, ameaça a nossa segurança (Singer, 1976/1990, pp. 27-31, destaques da autora).

Em outra passagem, ela diz:

Quando começamos a reconhecer a androgenia como uma realidade essencial da natureza humana, começamos a caminhar para um mundo no qual os papéis individuais e os modos e comportamento pessoal podem ser livremente escolhidos. A androgenia tem o poder de nos libertar dos grilhões daquilo que é considerado “apropriado”. (...) Androgenia não é hermafroditismo [intersexo] e não é bissexualidade (Singer, 1976/1990, p. 33, destaque da autora).

O arquétipo do andrógino seria, portanto, a capacidade que todo ser humano tem de fluir pelas suas polaridades e dualidades, integrando-as à complexidade da sua personalidade. A autora argumenta que as convenções sociais em torno do gênero atrapalham o processo de individuação e aprisionam o indivíduo em estereótipos. Desse modo, ela assinala que o andrógino é um símbolo da

individualização, pertencente ao arquétipo do *Self* – que, para Jung, é necessariamente andrógino (Singer, 1976/1990).

Por mais crítica que Singer transpareça ser em relação às noções de feminilidade e masculinidade de sua época e concorde que Jung incorporou os estereótipos sexuais na formulação dos arquétipos de *anima* e *animus*, ela, paradoxalmente, exalta a existência de princípios essencialmente masculinos e femininos, assim como, permanece na ideia proposta por Jung de que as mulheres possuem *animus* e os homens, *anima*. Por esse motivo, a autora defende que as leituras junguianas de *anima* e *animus* sempre devem referir-se ao arquétipo contrassexual.

Considerando que Singer (1976/1990, p. 198) interagiu com os movimentos feministas de sua época, parece-me controversa a afirmação feita pela autora:

Não há dúvidas que Jung descortinou novos terrenos quando separou os conceitos de sexo e de gênero, e pôde ver o Masculino desvinculado da virilidade [sexo anat. masculino] e o Feminino desvinculado da feminidade [sexo anat. feminino]. O Masculino desvinculado da virilidade era para ele o *animus* na mulher; o Feminino desvinculado da feminidade era para ele a *anima* no homem (Singer, 1976/1990, p. 198, destaques da autora).

Como apontam Louro (1997) e Colling (2018), foi pelas feministas anglo-saxãs que o conceito de gênero começou a ser utilizado de forma distinta do sexo, com o intuito de rejeitar os determinismos biológicos que se referiam a uma natureza feminina. Uma das autoras citadas é a historiadora Joan Scott (1989), que afirma:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. (. . .) O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade. (. . .) Em outros termos, esse uso do gênero só se refere aos domínios – tanto estruturais quanto ideológicos – que implicam em relações entre os sexos (Scott, 1989, p. 7, destaques da autora).

Isso é o oposto do que Jung (1927/2019) afirmou em algumas das suas contribuições. Basta ler o texto “A mulher na Europa”, em que ele diz: “(. . .) a mulher, ao abraçar uma profissão masculina, ao estudar e trabalhar como o homem, passa a fazer algo que no mínimo não corresponde a sua **natureza feminina**, podendo mesmo ser prejudicial” (Jung, 1927/2019, p. 95, para. 243, destaques nosso). Jung referia-se a conceitos empíricos e não questionava o conceito de sexo ou os papéis de gênero em suas obras; pelo contrário, reforçou a ideia de uma natureza feminina ou uma psique feminina em diversos escritos, como apresenta-se ao longo deste artigo.

É óbvio que a produção de Jung (1875–1961) condiz com seu tempo histórico e com a produção científica da época. Como nos informa Conceição Nogueira

(2017), no seu livro “Interseccionalidade e psicologia feminista”, por volta da década de 1920, as pesquisas em psicologia – em sua maioria lideradas por homens – buscavam determinar as diferenças entre as inteligências dos sexos. Sem obter dados expressivos que embasassem essa hipótese, os estudiosos abandonaram esses estudos e, na década de 1930, concentraram-se em determinar as características típicas de homens e mulheres, explorando agora a diferença de personalidade entre os sexos. Após a década de 1980, a psicologia aproximou-se do construcionismo social crítico e tomou outro rumo:

A própria noção de “psicologia da mulher” é essencialista porque sugere que as mulheres (como grupo unitário) partilham uma psicologia (um conjunto de qualidades, traços e capacidades, inatas ou adquiridas) que, presumivelmente, lhes condiciona o comportamento (Hare-Mustin & Marecek, 1990). Outra consequência importante é que quando os traços estão localizados nos indivíduos a responsabilidade da mudança fica colocada nas pessoas e não na sociedade (. . .) O construcionismo social (Gergen, 1982, 1994), assim como a filosofia de tendência pós-modernista (Flax, 1990) reconhecem a contradição como parte fundamental da realidade social, e isto é consistente com a argumentação de que categorias importantes como o sexo e o gênero podem funcionar com definições distintas e em simultâneo numa situação particular (Nogueira, 2017, pp. 100-102).

Naomi R. Goldenberg (1976), em seu artigo “*A feminist critique of Jung*” faz uma dura crítica aos conceitos de *anima* e *animus*. A autora argumenta que a teoria favorece os homens e que Jung não se dedicou ao conceito de *animus* como o fez com o da *anima*, tratando-o como uma espécie de espelho do que seria o arquétipo da *anima* nos homens. Por fim, a autora discorda da ideia difundida no meio junguiano de que os arquétipos da *anima* e do *animus* favorecem a integração dos sexos e aponta que, na verdade, eles promovem mais separatismo ao categorizar o que seria um arquétipo feminino e um masculino.

Posteriormente, Susan Rowland (2002/2024) seguiu os passos de Goldenberg (1976) e apresentou uma crítica relevante em seu livro “*Jung: uma revisão feminista*”, ao propor que o conceito de *anima* foi formulado a partir das fantasias e projeções que Jung tinha a respeito das mulheres com quem se relacionou ao longo de sua vida, incorporando em sua teoria os estereótipos de gênero de sua época.

Um ano antes de Singer (1976/1990) e Goldenberg (1976) publicarem seus trabalhos, Gayle Rubin (1975/1993) já havia publicado o texto “*O tráfico de mulheres*”, no qual argumenta que toda a sociedade possui um sistema de sexo/gênero, de maneira que, “*O sexo como o conhecemos – identidade de gênero, desejo sexual e fantasia, maneira de encarar a infância – é em si mesmo um produto social*” (p. 12).

Nessa perspectiva cronológica, siga agora com Hillman (1985/2020, pp. 73-75) que, ao elencar os diferentes sentidos que Jung empregou à *anima*, fez uma das mais importantes críticas aos arquétipos *anima* e *animus*, ao dizer que:

(. . .) dificilmente podemos atribuir anima apenas ao sexo masculino. (. . .) um arquétipo como tal não pode ser atribuído a ou localizado dentro da psique de nenhum dos sexos. Assim, uma noção adequada de anima requer olhar para além dos homens [humanidade] e para além do homem, e até mesmo para além da psique. (. . .) queremos fazer com que se compreenda que a anima, como arquétipo, é por demais ampla para ser contida na noção de contrassexualidade. Livre dessa limitante definição, anima incide também na psique das mulheres (Hillman, 1985/2020, pp. 73-75).

Hillman (1985/2020) fez aqui o que Claudette Kulkarni (2017, p. 245, tradução nossa) chama de “usar Jung contra ele mesmo”. A partir da noção de arquétipo, que se pretende universal, formulada por Jung, é conceitualmente incoerente afirmar que a atuação de um determinado arquétipo na psique depende necessariamente do seu sexo.

A comunidade junguiana parece ter aceitado de bom grado a crítica feita por Hillman (1985/2020) de que tanto os homens quanto as mulheres possuem *anima* e *animus*. Contudo, parecem ter convenientemente apagado da memória as demais críticas feitas por ele, por exemplo, quando diz que “Somos injustos com a complexidade da anima ao chamar qualquer mulher que passeie em nossos sonhos de uma ‘imagem de anima’” (p. 47); ou quando afirma que conter o arquétipo da *anima* na noção de contrassexualidade é limitante; ou que sequer sabemos o que é feminino e feminilidade.

Contemporâneo a este trabalho de Hillman (1985/2020), temos a obra da feminista lésbica Monique Wittig (1992). Na primeira delas, intitulada “O pensamento hétero” (1980), Wittig (1992, p. 27), a autora questiona a naturalização da heterossexualidade e argumenta que uma sociedade que enxerga as mulheres apenas como reprodutoras da espécie jamais validará uma relação homossexual. Para isso, o que ela chamou de “pensamento hétero”, produzirá uma série de discursos que criam a ideia de que “ou se é hétero ou não se é”:

(. . .) o pensamento hétero desenvolve uma interpretação totalizante da história, da realidade social, da cultura, da linguagem e simultaneamente de todos os fenômenos subjetivos. Posso apenas sublinhar o caráter opressivo de que se reveste o pensamento hétero na sua tendência para imediatamente **universalizar a sua produção de conceitos em leis gerais que se reclamam de ser aplicáveis a todas as sociedades, a todas as épocas, a todos os indivíduos** (Wittig, 1992, p. 27, destaques da autora).

No segundo texto, “A categoria do sexo” (1982), Wittig (1992, p. 17) também problematiza a criação da categoria de sexo, que ainda aparece necessariamente atrelada à ideia de gênero, para afirmar que “A categoria de sexo é o produto de uma sociedade heterossexual”. Wittig (1992) aponta que a categoria “mulher” é produzida pelos homens e, portanto, as lésbicas não seriam mulheres – já que as lésbicas não correspondem ao ideal de mulher construído pelos homens

heterossexuais. Kulkarni (1997), apoiando-se nas ideias de Wittig (1992), chega à conclusão radical de que:

Só o que é socialmente aceitável para as mulheres fazerem ou serem é reificado e rotulado de "feminino", enquanto todo o resto é atribuído ao "masculino". Tornou-se então inevitável que a noção de "feminino", tal como o conceito do "animus", é simplesmente irrelevante para as mulheres, lésbicas ou não (Kulkarni, 1997, p. 1, tradução nossa, destaques da autora).

Neste trecho, Kulkarni (1997) critica a noção de *animus* enquanto arquétipo da contrassexualidade, tomando como base o trabalho de Andrew Samuels (1992, p. 132), no livro "A psique plural" (1989), no qual o autor faz uma crítica ao determinismo biológico, destaca o papel da cultura na formulação das noções de feminino e masculino e defende que as imagens do *animus* e da *anima* funcionam como metáforas para o potencial do "outro": "A chamada contrassexualidade é mais algo contrapsicológico, a anatomia é uma metáfora para isso".

Parece contraproducente falar em arquétipo do masculino e do feminino como categorias universais, quando os movimentos sociais, especialmente os de mulheres negras, já desvelaram as engrenagens de poder por trás desses conceitos, expondo inclusive que a categoria "mulheres" não é universal. Afinal, jamais poderíamos esquecer o discurso proferido por Sojourner Truth na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio (EUA), em 1851: "eu não sou uma mulher?" (Davis, 2016).

E então?

É impossível não começar esta seção com Judith Butler (1990/2022) e o livro "Problemas de gênero" que, apesar de não estar cronologicamente tão distante dos textos anteriores, é um marco importante para os estudos feministas contemporâneos. Butler (1990/2022) toma Wittig (1992) como referência e segue criticando o que vinha sendo repetido há anos no movimento feminista: o sexo é natural e o gênero é cultural. A autora argumenta que:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado "sexo" seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revele-se absolutamente nula. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (Butler, 1990/2022, p. 27, destaque da autora).

Butler (1990/2022) fala sobre as práticas regulatórias da formação e divisão do gênero em estruturas binárias de fêmea/mulher e macho/homem e como essas categorias constroem nossas identidades e subjetividades. A binariedade de gênero é política e culturalmente muito bem definida pela norma que demanda

dos indivíduos certa coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Deste modo, aqueles/las que não correspondem a esse modelo são considerados como seres inteligíveis pela norma.

Nesta perspectiva, todos/as aqueles/las que não se encaixam nesse modelo serão, de alguma forma, discriminados/as, perseguidos/as ou mortos/as pela chamada cisheteronormatividade. Butler (1990/2022) serviu como base para as autoras transfeministas que vão, posteriormente, nomear este “CISTema” de sexo-gênero como cisgeneridade. O termo “cisgênero/cis” é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado ao nascer, ou seja, as pessoas não-trans (Vergueiro, 2015). Letícia Nascimento (2021, p. 52) defende que, se para Beauvoir (1970) a mulher é o “Outro” do homem e para Grada Kilomba (2019) a mulher negra é o “Outro do Outro” então as mulheres trans são “o *Outro* do *Outro* do *Outro*, uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente na sociedade como homem e mulher” (destaque da autora).

A travesti transfeminista Viviane Vergueiro (2015) identifica três aspectos interdependentes que sustentam a cisgeneridade: a pré-discursividade, a binariedade e a permanência dos gêneros. A pré-discursividade caracteriza-se como:

(. . .) o entendimento sociocultural (. . .) de que seja possível definir sexos-gêneros de seres a partir de critérios objetivos e de certas características corporais, independentemente de como sejam suas autopercepções ou das posições e contextos interseccionais e socioculturais em que elas estejam localizadas (Vergueiro, 2015, p. 61).

A autora recorre a diversos autores/ras *queer*, decoloniais e feministas como base para demonstrar que a ideia de categorias ocidentais, supostamente universais, como sexo e gênero, não existia em diversas civilizações não-brancas. De fato, cito aqui também a nigeriana Oyèrónkè Oyèwùmí (1997/2021) que, no livro “A invenção das mulheres”, escreve que a categoria de gênero ocidental, construída principalmente por feministas brancas europeias, não faz sentido quando aplicada a uma realidade iorubana pré-colonial.

Como dito anteriormente, a binariedade é a ideia de que somente existem dois tipos de corpos no mundo (fêmea e macho) e que, necessariamente, eles são homens e mulheres, invisibilizando, assim, a existência de pessoas intersexo. Vergueiro (2015, p. 66) diz que:

Esta universalização binarista é diretamente associada a uma perspectiva decolonial que a compreende enquanto parte de projetos de extermínio das diversas perspectivas socioculturais de gênero que existem e existiram em sociedades colonizadas, ‘ininteligíveis’ a olhares europeus cristãos, e onde outras perspectivas sobre corporalidades e gêneros podem e poderiam ter existido.

A noção de permanência aparece atrelada à de binariedade e supõe que as caixinhas do sexo-gênero sejam socialmente coerentes e continuem assim até o

fim da vida. Essa noção não compromete apenas a população LGBTTQIAP+, que cotidianamente desafia esse modelo, mas também as pessoas cis-heterossexuais que não permanecem totalmente dentro de suas caixinhas.

Diante das produções aqui expostas, como ficam a *anima* e o *animus*? Polly Young-Eisendrath (1995), prevendo que esses conceitos poderiam ser utilizados para propósitos misóginos, aproxima-se da perspectiva de Samuels (1992) e prefere falar em complexos contrassexuais “organizados em torno do arquétipo de identidade do não-eu” (Young-Eisendrath, 1995, p. 32). Esses complexos conteriam os efeitos das projeções e das identificações projetivas de uma identidade de gênero sob a outra. Em outro texto, a autora diz que

O que torna a contra-sexualidade um poderoso determinante emocional de desenvolvimento é seu relacionamento singular com o ego: o Outro contra-sexual limita e define o que o ego pode ser. O modo como ajo e imagino a mim mesma enquanto mulher leva consigo uma limitação em termos do que considero "não-mulher" - macho, masculino, não-eu (Young-Eisendrath, 2002, p. 222, destaque da autora).

Susan McKenzie (2006) argumenta que, para haver uma revisão substancial da teoria de gênero junguiana, é necessário que ela exija:

(. . .) uma revisão do nosso conceito de arquétipo. Um novo entendimento do arquétipo enquanto um processo mental emergente está atualmente sob construção. Levando esta ideia adiante, eu sugiro que o gênero é um exemplo particular de arquétipo emergente num processo mental emergente. (. . .) sugiro que os sentimentos de gênero primários de uma pessoa fazem parte de um proto-*self* pré-consciente (Damasio 1999) ou de um *self* emergente (Stern 1985), que está relacionado à nossa organização corpo/mente mais precoce. Essa sensação emergente de *self* precede a organização de imagens arquetípicas e a formação de complexos. Os arquétipos de Jung, nesse contexto neurológico, seriam mecanismos organizadores de segunda ordem na mente, e não princípios arquetípicos de primeira ordem que determinam o corpo ou a sensação de gênero (McKenzie, 2006, pp. 411-412, tradução nossa, destaques da autora).

Assim, McKenzie (2006) critica a ideia de que a adoção de um arquétipo “x” ou “y” (ou uma constelação deles) possa determinar nossa sexualidade ou identidade de gênero, rejeitando a perspectiva proposta por Jung na década de 1920. McKenzie (2006) afirma que nossa experiência interna com o gênero é moldada por nossas vivências pessoais e pelos artefatos culturais que nos circundam. A respeito disso, Rowland (2002/2024, p. 86) diz:

A mente jamais pode ter um gênero fixo, pois os arquétipos trabalharão com e produzirão noções contrastantes da feminilidade e da masculinidade testemunhadas pela cultura material (. . .) porque uma vez que esse estado exista, cessaria o principal método de

desmame do ego para uma melhor nutrição pelo incognoscível e mutável inconsciente (p. 86).

Independentemente do percurso teórico que cada indivíduo escolha seguir, parece já haver um consenso entre os autores pós-junguianos: não é mais pertinente associar a *anima* e o *animus* à ideia de arquétipo contrassexual do “feminino” e “masculino”. Isso deve-se ao fato de que tais noções estão inseridas em um contexto político e em um período histórico bem definidos, o que as torna incompatíveis com a noção de arquétipo proposta por Jung. Ademais, também revela-se infundado insistir em determinismos biológicos que correlacionem sintomas clínicos ao sexo anatômico.

Hillman (1985/2020) rejeitava essa perspectiva, argumentando que abordar arquétipos complexos de maneira tão reducionista seria injusto com eles. Em seu livro “*Anima*”, o autor afasta-se da atribuição essencialista de gênero presente na *anima* e no *animus*, apostando na possibilidade arquetípica da *sizígia*, que possui papel fundamental na dinâmica da psique. A *sizígia* é uma *coniunctio* que confere ao par *anima-animus* uma relação de alma-espírito:

A *sizígia* diz que onde for a alma vai também o espírito. Essa *sizígia* ilumina a imaginação com intelecto, e refresca o intelecto com fantasia. Ideias tornam-se experiências psicológicas, e experiências tornam-se ideias psicológicas. O trabalho é manter espírito e alma diferenciados (Hillman, 1985/2020, p. 203).

Luciana Ximenez (2024) em “Ainda há espaço para o *animus* na clínica junguiana?”, fundamenta-se em autores como Giegerich, Hillman e Elene Liotta, para ampliar o conceito de *sizígia*: “a *sizígia* pode acontecer tanto nas relações interpessoais como em nossa vida psíquica” (p. 402). Nesse sentido, se a *anima* foi comumente tratada como arquétipo da capacidade de relacionamento, o *animus*, com seu aspecto racional, seria uma força arrebatadora de separação, atuando como o arquétipo da capacidade do não-relacionamento: “Uma destruição do conhecido e palpável, a fim de que se perca a inocência virginal” (Ximenez, 2024, p. 405). A habilidade de estabelecer e encerrar relações é crucial para o desenvolvimento saudável da personalidade, independentemente de gênero e sexualidade. Desse modo, a autora afasta o par arquetípico dos essencialismos de gênero e abre possibilidades de análise mais profundas para a *anima* o *animus*.

Considerações finais

O esforço para manter uma linha do tempo neste trabalho deu-se pela necessidade de evidenciar que a comunidade junguiana e nossos conceitos estão imersos em aspectos culturais que afastam os arquétipos de sua pretensão universal. Proponho, portanto, evitar associar as palavras “feminino” e “masculino” ao nos referirmos a qualquer arquétipo, especialmente a *anima* e o *animus*, que têm sofrido com a generificação desde sua concepção. Sugiro que

reservemos a generificação para os símbolos e imagens arquetípicas que estão envolvidos por um contexto histórico e cultural.

Inspiremo-nos na complexidade da *sizígia* apresentada para ampliarmos as concepções originais de *anima* e *animus*. Reproduzir a visão clássica acerca da contrassexualidade é sufocar a potencialidade do par arquetípico e compactuar com o discurso normativo do essencialismo de gênero. Sobre a visão contrassexual, proponho que a consideremos, conforme sugerem Samuels (1992) e Young-Eisendrath (1995), como um complexo de “identidade do não-eu” dentro da dinâmica relacional.

É importante observar que há uma resistência na comunidade junguiana em revisitar criticamente as obras de Jung. É nossa responsabilidade dar continuidade ao legado que ele iniciou. Nesse sentido, recusar-se a atualizar a teoria implica condenar a psicologia analítica à obsolescência.

Referências

- Aufranc, A. L. B. (2018). Expressões da sexualidade: um olhar junguiano. *Junguiana*, 36(1), 37-48. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-08252018000100007&lng=pt&nrm=iso.
- Beauvoir, S. (1970). *O segundo sexo: fatos e mitos* (4a ed.). Difusão Europeia do Livro.
- Butler, J. (2022). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (23a ed.). Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1990).
- Colling, L. (2018). *Gênero e sexualidade na atualidade*. UFBA.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- Goldenberg, N. R. (1976). A feminist critique of Jung. *Signs*, 2(2), 443-449. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/3173460>.
- Hillman, J. (2020). *Anima: a psicologia arquetípica do lado feminino da alma no homem e sua interioridade na mulher* (2a ed.). Cultrix. (Trabalho original publicado em 1985).
- Hopcke, R. H. (1993). *Jung, junguianos e a homossexualidade*. Siciliano. (Trabalho original publicado em 1989).
- Jung, C. G. (2013). *Tipos psicológicos* (OC, Vol. 6, 7a ed.). Vozes. (Trabalho original publicado em 1949).
- Jung, C. G. (2015). *O eu e o inconsciente* (OC, Vol. 7/2, 27a ed.). Vozes. (Trabalho original publicado em 1928).
- Jung, C. G. (2016). *Estudos alquímicos* (OC, Vol. 13). Vozes. (Trabalho original publicado em 1930).

- Jung, C. G. (2016). *Os arquétipos e o inconsciente coletivo* (OC, Vol. 9/1). Vozes. (Trabalho original publicado em 1934).
- Jung, C. G. (2019). A mulher na Europa. In C. G. Jung, *Aspectos do feminino* (pp.89-115). Vozes. (Trabalho original publicado em 1927).
- Jung, C. G. (2019). *Aspectos do feminino*. Vozes. (Trabalho original publicado em 1927).
- Jung, E. (2006). *Animus e anima*. Cultrix. (Trabalho original publicado em 1931).
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Kulkarni, C. (1997). *Lesbians and lesbianisms: a post-Jungian perspective*. Routledge.
- Kulkarni, C. (2017). Queer theory meets Jung. In N. Giffney, E. Watson, *Clinical encounters in sexuality: psychoanalytic practice and queer theory* (pp. 245-259). Punctum Books. <https://doi.org/10.21983/P3.0167.1.00>.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes.
- McKenzie, S. (2006). Queering gender: anima/animus and the paradigm of emergence. *Journal of Analytical Psychology*, 51(3), 401-421. <https://doi.org/10.1111/j.0021-8774.2006.00599.x>.
- Moreira, A. (2015). Compreensão arquetípica da homossexualidade. *Junguiana*, 33(1), 13-21.
- Nascimento, L. (2021). *Transfeminismo*. Jandaíra.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Devires.
- Oyèwùmí, O. (2021). *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Bazar do tempo. (Trabalho original publicado em 1997).
- Rowland, S. (2024) *Jung: uma revisão feminista*. Vozes. (Trabalho original publicado em 2002).
- Rubin, G. (1993). *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo*. SOS Corpo. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1740519/mod_resource/content/1/Gayle%20Rubin_trafico_texto%20traduzido%20%286%29.pdf. (Trabalho original publicado em 1975).
- Samuels, A. (1992). *A psique plural: personalidade, moralidade e o pai*. Imago.
- Scott, J. (1989). Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053-1075. <https://doi.org/10.2307/1864376>.
- Singer, J. (1990). *Androgenia: rumo a uma nova teoria da sexualidade*. Cultrix. (Trabalho original publicado em 1976).

- Vergueiro, V. (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade* [Dissertação de Mestrado não publicadas]. Universidade Federal da Bahia.
- Wittig, M. (1992). *The straight mind and other essays*. Beacon.
- Ximenez, L. (2024). Ainda há espaço para o animus na clínica junguiana?. In I. Gaeta (Org.). *A clínica junguiana no século XXI: Jung hoje*. Stacchini Editorial.
- Young-Eisendrath, P. (2002). Gênero e contra-sexualidade: a contribuição de Jung e além. In P. Young-Eisendrath, T. Dawson (Orgs.). *Manual de Cambridge para estudos junguianos*. Artmed.
- Young-Eisendrath, P. (1995). *Bruxas e heróis: uma abordagem feminista na terapia junguiana de casais*. Summus.

Minicurrículo: Júlia Péret - mestrado em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professora Assistente da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública – EBMS. Arteterapeuta pelo Instituto Junguiano da Bahia. Psicóloga clínica e pesquisadora nas áreas de gênero, sexualidades, feminismos e complexos culturais. *E-mail:* juliaperet@hotmail.com